

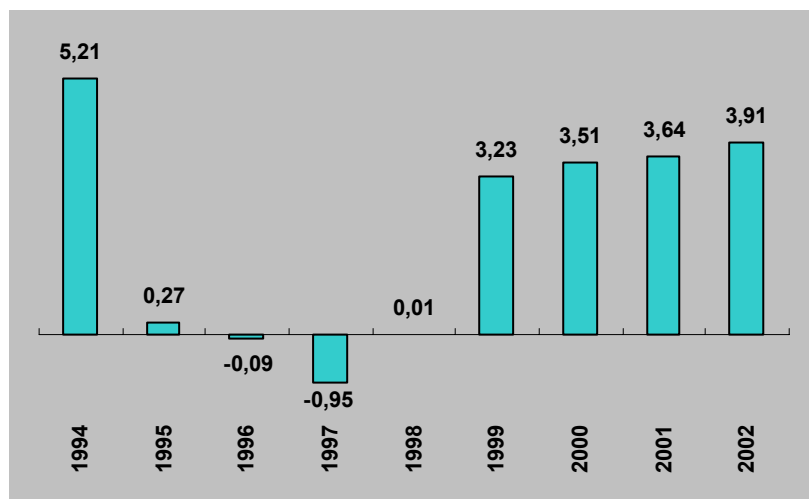
Resultado Fiscal de 2002

25 de fevereiro de 2003

O setor público não financeiro registrou superávit primário de R\$52,4 bilhões em 2002, superando a meta de R\$50,3 bilhões estabelecida no Memorando Técnico de Entendimento com o FMI. Em relação ao PIB, o superávit primário situou-se em 3,91%, o percentual mais elevado desde 1994. A dívida líquida do setor público (DLSP) alcançou R\$881,1 bilhões ou 55,89% do PIB no fechamento de 2002, após situar-se em 62,5% em setembro passado. Para 2003, o governo anunciou a revisão da meta de superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB.

O Gráfico 1 apresenta o resultado primário do setor público consolidado desde 1994, evidenciando que o ajuste fiscal tem sido aprofundado ano a ano desde 1997. De fato, o resultado de 2002 marca o quarto ano seguido de superação da meta com o FMI, e é o mais elevado, em bases correntes, desde 1994.

Gráfico 1
Resultado Primário do Setor Público
% do PIB



Em 1994, o esforço de ajuste fiscal foi indispensável para o sucesso do plano de estabilização adotado naquele ano (Plano Real). Na prática, o superávit primário de 5,21% do PIB foi obtido graças à inflação anormalmente elevada do primeiro semestre do ano e à aprovação da emenda

constitucional que estabeleceu o Fundo Social de Emergência, instrumento que desvinculou as transferências orçamentárias das receitas da União.

Entre 1995 e 1998, a situação das finanças públicas deteriorou-se. A estabilização de 1994 tornou patente o desequilíbrio estrutural das contas do governo, em função da eliminação do ganho inflacionário nas despesas correntes (com a inflação alta, o governo podia adiar pagamentos não indexados, e portanto nominalmente inalterados, reduzindo dessa forma seu dispêndio em termos reais).

Em consequência, o governo apresentou em 1998 um conjunto de medidas fiscais (em especial, voltadas para o aumento de impostos) como parte do Programa de Estabilidade Fiscal, criando dessa forma condições para um ajuste duradouro. O ajuste estrutural das contas públicas foi solidificado pela aprovação, em 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com efeito, o País passou a apresentar seguidos e crescentes resultados primários, tendo superado nos últimos quatro anos as metas acordadas no âmbito do acordo *stand-by* com o FMI.

O Gráfico 2 e a Tabela 1 apresentam a evolução das Necessidades de Financiamento do Setor Público Consolidado (NFSP), dos juros nominais pagos e do resultado primário nos últimos 5 anos.

Gráfico 2
Resultado Primário, Juros Nominais e NFSP
% do PIB

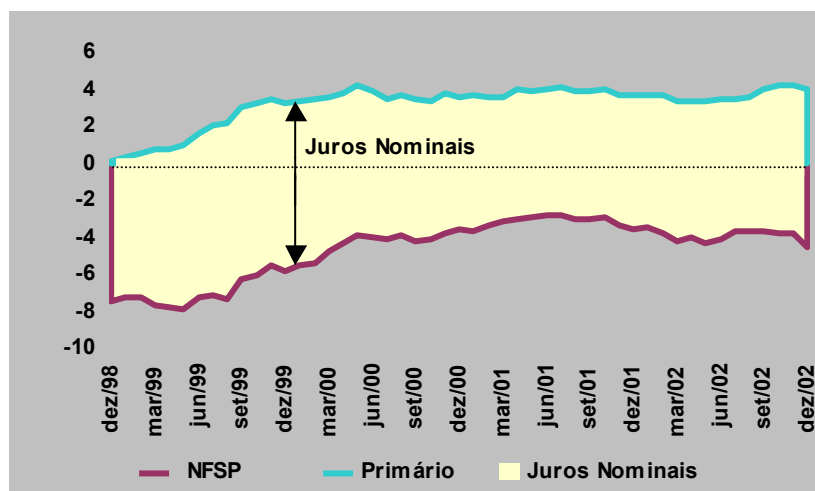
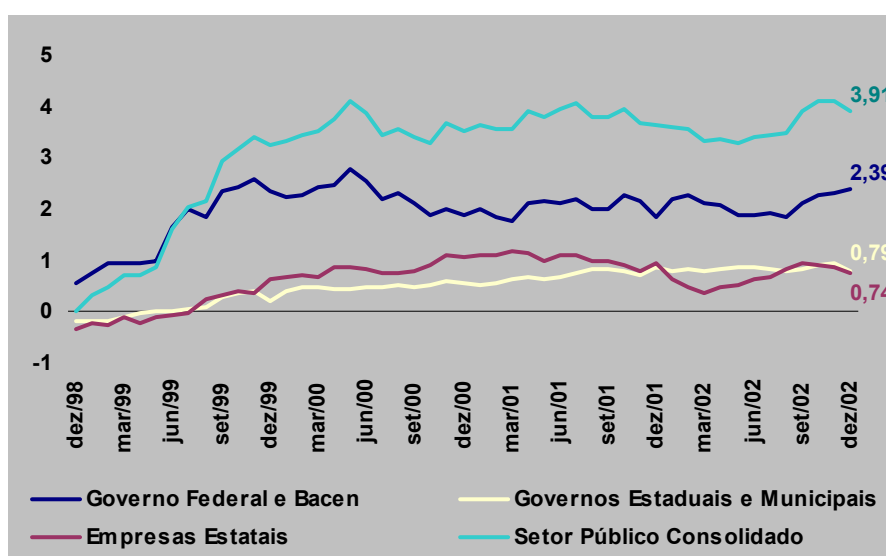


Tabela 1
Resultado Primário, Juros Nominais e NFSP
% do PIB

	1998	1999	2000	2001	2002
NFSP	-7,46	-5,84	-3,66	-3,57	-4,61
(-) Juros Nominais	-7,47	-9,06	-7,17	-7,20	-8,52
= Primário	0,01	3,23	3,51	3,64	3,91

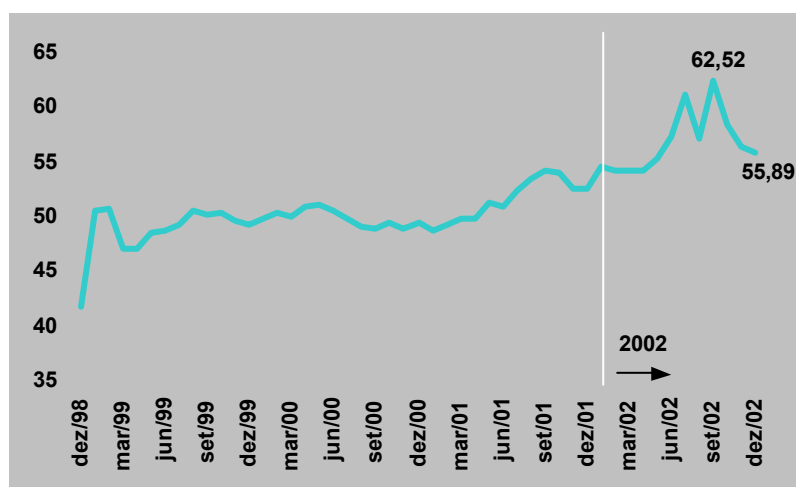
O Gráfico 3 apresenta o resultado primário desagregado por ente do governo, mostrando que o ajuste fiscal engendrado desde 1999 incluiu não apenas o governo federal, mas também os governos regionais e as empresas estatais, os quais registraram superávits de 0,79% do PIB e 0,74% do PIB em 2002, respectivamente.

Gráfico 3
Resultado Primário do Setor Público - Por Ente do Governo
% do PIB



Já a dívida líquida do setor público encerrou o ano passado com tendência de queda em relação ao PIB. Após atingir 62,52% em setembro, a relação dívida/PIB declinou seguidamente, registrando 55,89% do PIB em dezembro, como revela o Gráfico 4. Essa queda decorreu basicamente da apreciação da taxa de câmbio no período e do efeito estatístico produzido pela valorização do PIB (ajuste do PIB para final de dezembro).

Gráfico 4
Dívida Líquida do Setor Público
% do PIB



O incremento da dívida líquida em 2002, em relação ao ano anterior, foi de 3,32 p.p. do PIB. Isolando-se o efeito do crescimento do PIB nominal sobre a razão dívida líquida/PIB em 2002 (-10,65 p.p.), tem-se que os demais fatores condicionantes contribuíram com acréscimo de 13,97 p.p. na dívida (Tabela 2).

Tabela 2
Evolução da Dívida Líquida do Setor Público
Fatores Condicionantes

Evolução da Dívida Líquida	2000		2001		2002	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total - saldo	563 164	48,78	660 867	52,57	881 108	55,89
Dívida líquida - var. ac. ano	46 585	0,10	97 703	3,79	220 241	3,32
Fatores condicionantes (fluxos ac.ano)	46 585	4,03	97 703	7,77	220 241	13,97
NFSP	39 806	3,45	42 788	3,40	6 164	3,91
Primário	-38 157	-3,30	-43 655	-3,47	-52 364	-3,32
Juros nominais	77 963	6,75	86 443	6,88	113 978	7,23
Juros reais	51 045	4,42	55 997	4,45	15 508	0,98
Correção monetária	26 918	2,33	30 446	2,42	98 470	6,25
Ajuste cambial	18 344	1,59	37 814	3,01	147 225	9,34
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	9 479	0,82	19 182	1,53	76 662	4,86
Dívida externa - metodológico	8 865	0,77	18 633	1,48	70 564	4,48
Dívida externa - outros ajustes ^{3/}	0	0,00	- 383	-0,03	753	0,05
Reconhecimento de dívidas	8 672	0,75	18 465	1,47	14 286	0,91
Privatizações	-20 238	-1,75	- 980	-0,08	-3 637	-0,23
Efeito crescimento PIB		-3,94		-3,98		-10,65
Real		-2,05		-0,73		-0,83
Correção		-1,89		-3,25		-9,82

Numa perspectiva de longo prazo, o crescimento da relação dívida líquida/PIB entre 1995 e 2002 alcançou 25,88 p.p. O reconhecimento de dívidas teve um impacto expansionista sobre a dívida líquida de 6,18 p.p., só parcialmente compensado pelo efeito inverso das privatizações (-4,10 p.p.). As NFSP e a desvalorização da taxa de câmbio pressionaram a dívida líquida em 25,56 e 18,51 p.p., respectivamente, enquanto o crescimento nominal do PIB teve impacto de -20,30 p.p., conforme a Tabela 3.

Tabela 3
Evolução da Dívida Líquida do Setor Público
Fatores Condicionantes

Evolução da Dívida Líquida	1995-2002	
	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total - saldo em 2002	881 108	55,89
Dívida líquida - var. ac. 1995-2002	727 945	25,88
Fatores condicionantes (fluxos ac.1995-2002)	727 945	46,18
NFSP	402 929	25,56
Primário	-158 771	-10,07
Juros nominais	561 700	35,63
Juros reais	306 901	19,47
Correção monetária	254 798	16,16
Ajuste cambial	291 800	18,51
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	152 975	9,70
Dívida externa - metodológico	138 825	8,81
Dívida externa - outros ajustes	370	0,02
Reconhecimento de dívidas	97 411	6,18
Privatizações	-64 565	-4,10
Efeito crescimento PIB		-20,30
Real		-2,36
Correção		-17,94